



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ESPECIAL DO PRIMEIRO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA REALIZADA A FIM DE DISCUTIR O TEMA "SAÚDE DA MULHER E SUAS CAUSAS MORTIS", CONFORME DISPÕE REQUERIMENTO Nº 888/2018 DE PROPOSIÇÃO DO EXMO. SR. VEREADOR FERNANDO CARNEIRO.

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quinze horas, na Câmara Municipal de Belém, teve início esta sessão especial sob a presidência do vereador Fernando Carneiro para discutir o tema "Saúde da mulher e suas causas mortis". O presidente convidou a assumir seus lugares na composição da Mesa as senhoras Antônia Salgado (conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia - MAMA), Dr. Edna Barreto (coordenadora do Projeto de Extensão Transformador), Viviane Reis (Mulheres do PSOL). Composta a Mesa, o presidente Fernando Carneiro convidou todos a ouvirem, em atitude de respeito, a execução do Hino Nacional Brasileiro pela Banda Sinfônica da Guarda Municipal de Belém. Em seguida houve uma apresentação da música "Maria, Maria", de autoria do cantor e compositor Milton Nascimento, pela Banda. O presidente registrou a presença dos senhores André Farias (Núcleo de Meio Ambiente da UFPA), Larissa Mendes (Coordenadora da Faculdade UNINORTE), Laelia Brito (Presidente da ONG Olhar Futuro para a Amazônia), Nazaré Lima (Faculdade de enfermagem UFPA, Lorena Savelo (docente da UFPA) e Úrsula Vidal. Dr. Edna Barreto fez uma apresentação onde informou que a organização Mundial de Saúde lançou documento declarando que os abusos, maus-tratos, negligência e desrespeito durante o parto equivalem à violação dos direitos humanos fundamentais da mulher. Declarou também que a violência obstétrica (violência física, verbal) na verdade é uma violência de gênero. Elencou alguns dos atos de violência obstétrica como a exposição da paciente a mais de um exame de toque por mais de um médico ou até mesmo por estagiários em aulas práticas, proibir a mulher de comer, andar ou escolher a melhor posição para o parto ou ainda a prática do chamado "ponto do marido" (é um ponto apertado que se faz ao término da sutura de uma episiotomia). Defendeu que para um parto mais humanizado é necessário sobretudo empoderar a mulher. Antônia Salgado parabenizou o vereador Fernando Carneiro pela proposição da presente sessão. Expressou a convicção de que a violência de gênero se dá também pelo atendimento não humanizado do parto. Argumentou que apesar de existir leis regulamentando a realização de um parto humanizado, o que se vê é a realização de partos por médicos unicamente técnicos, mas sem o devido respeito, violando os direitos das mulheres. Viviane Reis comentou que apesar das recentes conquistas das mulheres, a mesmas ainda são vítimas de violência psicológica, física e moral, pelo simples fato de serem mulheres. Lembrou que muitas vezes é dentro do próprio lar que as mulheres sofrem violência (citou dados mostrando que três em cada quatro já sofreram violência obstétrica, uma a cada cinco mulheres já foram agredidas pelos seus companheiros e a cada onze minutos uma mulher é estuprada). Criticou a Proposta de Emenda à Constituição 181/15 (PEC que revê as formas de aborto permitidos no Código Penal Brasileiro). Dando prosseguimento aos discursos o presidente Fernando Carneiro abriu espaço para a manifestação dos demais presentes. Nazaré Lima declarou que como enfermeira a trinta e três anos também já cometeu violência obstétrica já que muitas vezes fez episiotomia e executou a manobra Kristeller, pois era esse o protocolo da época e que ainda é feito dessa forma devido à resistência de muitos profissionais. No entanto esta oradora está hoje defendendo o parto humanizado, por ter mudado, segundo afirmou, sua conduta profissional. Fernanda Pacheco criticou o tratamento desumano que as gestantes sofrem durante a gestação especialmente as gestantes negras; Úrsula Vidal demonstrou preocupação no fato de e Estado do Pará liderar o número de

gestantes adolescentes e acima de tudo da demonização e criminalização que é feita em cima dessa gravidez (especialmente, afirmou, pelo pensamento de parte da população de que a gravidez nessas circunstâncias tem origem pecaminosa). Também se expressaram os senhores(as) Bruna Cavalcante, Jéssica Castro, Laísa Balheiros, Elizete Veiga, Arcelena Santiago, Laura Campos e Professor André. Em seguida o presidente Fernando Carneiro encaminhou ele próprio à leitura da carta que será encaminhado a esta Casa para discussão e aos órgãos competentes. Resumidamente o projeto identifica o que é violência obstétrica e trata de que a secretaria terá que combater essa violência dentro da Secretaria Municipal de Saúde e o governo deverá construir uma cartilha explicando o que é violência obstétrica. Afirmou que haverá acréscimos a carta inicial tendo em vista atender as propostas apresentadas no dia de hoje. O presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às dezessete horas e trinta e cinco minutos. Eu, segundo secretário, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Vereador Lameira Bittencourt, no Palácio Augusto Meira Filho, aos seis dias do mês de março de 2018.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário